

SIGNIFICADOS POR TRÁS DA ESCRITA

Liane Bauer Castor Diehl ¹

Resumo: Para pensar o idioma português além do seu conjunto de regras gramaticais, convido os leitores a refletir, a partir do filme *Línguas: Vidas em Português*, de Victor Lopes, sobre o acordo ortográfico que visa unificar os modos de escrever nos países lusófonos. Proponho que a escrita de uma cultura, mais do que palavras, registra formas de pensar, viver e falar, não permitindo, portanto, ser submetida a um tratado que a regule de fora para dentro, em detrimento de suas práticas culturais. Conceitos como sociedade, comunidade, universalidade, escrita, discurso e oralidade são discutidos em autores como Renato Ortiz, Stuart Hall, Walter Ong, Eni Orlandi e Michel de Certeau.

Palavras-chave: sentido; significado; escrita; acordo ortográfico; cultura

Primeiras palavras

O atual imperativo que alunos e professores dos cursos de especialização *Stricto Sensu* “devem produzir”, isto é, escrever para publicar, nos leva, de certo modo, a experimentar alguns momentos de muita angústia e inquietação.

Preciso escrever, mas, escrever sobre o quê? Para quem? Quem sou eu para escrever sobre alguma coisa? O que penso sobre quem lerá o que escrevi? São inúmeras questões que nos passam diante daquela “imensa” tela branca e azul do computador. Mas não há tempo para dúvidas, e vencer a resistência é um desafio.

Um desafio que pode ser vencido com algumas leituras específicas como as sugestões de Tomás Tadeu² e outras mais diversificadas, partindo do princípio de que nenhuma leitura é vaga ou aleatória. E é dessa maneira que inicio minha discussão a respeito da *escrita*.

A elaboração deste artigo se situa no momento em que eu, no lugar de mestranda em educação, procuro me constituir como sujeito-autor de meu discurso sobre educação e, utilizando a linguagem, neste caso, a escrita, como ferramenta para significar meus pensamentos, adoto o princípio discursivo de que uma escrita é, em alguma medida, uma escrita de si, posto que quem fala o faz de um determinado lugar social regulado pela formação discursiva a qual se remete.

Esse é o meu desafio: redigir um texto sobre questões que atravessam o campo educacional, remetendo-me ao próprio discurso sobre educação, procurando escapar ao reducionismo ou ao lugar comum.

Dessa maneira, minha opção recai sobre a assinatura do tratado que visa unificar os modos de escrever dos países lusófonos e suas possíveis repercussões sobre o processo de formação de sujeito por meio da linguagem, em particular no que diz respeito ao processo de escolarização.

Assim, lanço mão de um recurso já utilizado no artigo *Manderlay*³: *um pretexto para refletir sobre escola, identidade e diferença* escrito pelo Prof. Antônio Flávio Barbosa Moreira⁴ estudioso das questões de identidade e currículo, no qual apresenta uma leitura particular do filme para refletir sobre a escola. No meu caso a escolha foi o documentário *Língua: Vidas em Português*, do moçambicano radicado no Brasil, Victor Lopes.

“Todos os dias 200 milhões de pessoas sonham em português”

Fiz questão de destacar hiperbolicamente entre aspas, negrito e em itálico essa citação por acreditar que a frase produz, além de grande impacto, muito sentido dentro daquilo que pretendo discutir: em que medida um acordo ortográfico instituído de “fora para dentro” é capaz de dar conta do processo de significação dos sujeitos por meio das palavras?

Será mesmo que portugueses, brasileiros, cabo-verdianos, goenses e demais povos sonham os mesmos sonhos só porque todos estão em português?

Com o intuito de que você, leitor, possa ter acesso ao contexto em que situo essa livre reflexão sobre o filme, farei em primeiro lugar uma breve síntese do seu conteúdo para, então, tecer alguns comentários a respeito do uso da língua como ferramenta semiótica na construção do sujeito. Em seguida, procuro relativizar algumas dessas reflexões no âmbito da escola.

Sobre o Filme

O documentário exhibe de forma dinâmica uma reflexão acerca da riqueza e pluralidade culturais contidas no idioma português.

A língua é usada como pano de fundo para a discussão sobre os diferentes modos de vida presentes nos países que falam o português, e, ao longo do documentário, nossos olhos, e ouvidos, “embarcam” em ritmos, cores, sotaques, modos de vestir, de pensar e de viver que, ao mesmo

tempo em que afastam os indivíduos por sua particularidade, aproximam-nos por suas similaridades, chamando atenção para os aspectos plurais que formam a identidade dos povos que compartilham o idioma português. Outro aspecto que se destaca é o sentimento de “acolhida” proporcionado pela língua materna àqueles que por razões várias vivem distante de sua origem cultural.

O conteúdo é explorado por meio de depoimentos de sujeitos ilustres que participam da comunidade lusófona como José Saramago, Martinho da Vila, Mia Couto, Teresa Salgueiro e João Ubaldo Ribeiro, além de outros que, embora não tão conhecidos pela mídia, tornam-se igualmente ilustres do ponto de vista da identidade cultural, como é o caso do pastor que vende balas nos ônibus urbanos do Rio de Janeiro; o *rapper* angolano que imaginava migrar para os EUA, mas que vê seu sonho se esvaír diante do nascimento de um filho não planejado. Há também o caso da velha senhora que recita a ladainha numa mistura de português e *hindi* ou ainda a “Tia Alice” que, nostalgicamente, entoava as tristezas do fado lusitano. Cada um conta, a seu modo, um pouco de si, da sua vida e da sua coletividade.

Os cenários escolhidos vão desde cenas urbanas em Portugal, Angola, Japão, Brasil e outros, passando pela cena rural de uma aldeia hindu convertida ao cristianismo, chegando até ambientes aparentemente inóspitos como um “deserto” situado no canal que separa Inhaca de Mabuto - Moçambique, ou áreas devastadas pela guerra civil angolana, onde sapadores mapeiam o terreno cravejado de minas terrestres, e, pouco a pouco, a vida vai retomando seu curso com escolas, rituais religiosos e o que mais o homem puder construir para si como *lar*. A referência parental à “mãe África” que teima em buscar alegria na desolação é recorrente, assim como a Portugal que é alçado à condição de “pai” e seu sentimento de melancolia ao espreitar um afeto que parte para além mar e que é suplantado pelo próprio “filho”, Brasil, irônico, irreverente, que desafia as adversidades e faz de um sofrimento o próprio renascimento.

O filme tem seu ápice nas agudas palavras do prêmio Nobel de literatura José Saramago ao enfatizar a pluralidade existente na cultura do idioma português.

Pensar, escrever e falar “em” português, ou falar, escrever e pensar “o” português?

Início essa discussão com a posição de que toda escolha implica em *ganhos* e em *perdas*.

Ganhos, porque pretendo, a partir de algumas reflexões sobre a linguagem, dar mais alguns passos em direção ao entendimento dos processos educativos no Brasil, e *perdas*, porque sei que todo texto tem seus silêncios e não pretendo, de forma alguma, subtrair-lhes o lugar de direito.

Agora, quero sinalizar alguns pontos que me ocorreram durante a “leitura” do documentário.

O primeiro deles diz respeito à *tensão existente entre o particular e o comum*, ou, em outro sentido, entre o *universal e a diversidade*. Para tanto, apoio-me em Ortiz (2006) para pensar sobre o fato de que universal e diversidade devem ser historicamente qualificados. Ortiz situa sua discussão no fato de que, historicamente, o conceito de *Homem* vem mudando e analisa, a partir do modelo eurocêntrico do sujeito do *Iluminismo*, alguns aspectos que ora são centrais, ora são periféricos em relação ao que se entende por desenvolvimento, como a instituição de uma língua única, citando o exemplo da *Torre de Babel*⁵.

Seu pensamento se articula a partir de Kant que postula a libertação do Homem de sua própria tutela. Nesse sentido, buscou-se erigir normas e formas “corretas” de se pensar a formação moral do homem, que se utilizaria basicamente da linguagem para se reproduzir, manter, e expressar. No entanto, na medida em que a “materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua” (ORLANDI, 1999, p.17), um abismo se abre entre o desejo pela universalização do conceito de Homem e a possibilidade real de concretizá-lo por meio da língua. Isso porque, partindo da premissa de que a linguagem representa ideias, pensamentos e modos particulares de viver, instala-se o conceito de *cultura* que indica na direção de um processo de diferenciação e não mais de universalização.

Embora Ortiz (2006) faça a ancoragem teórica sobre cultura em autores da sociologia clássica como Durkheim e Weber, proponho pensá-la a partir de Certeau, que a vê como ela é praticada, cotidianamente, independente de sua valorização pela representação oficial ou pela política econômica (CERTEAU, 1996, tomo II, p. 335). Mais do que um elemento de separação, Certeau procura observar a cultura popular, resgatando-lhe papel central de diferenciação na formação do sujeito.

Língua: oral, operatória e ordinária

Ao estudar as *Artes do Fazer* Certeau buscou, na cultura local do povo, o entendimento do sentido de determinadas práticas culturais, distinguindo três níveis, ou prioridades: *o oral, o operatório e o ordinário*.

Na maneira de Certeau (1996, tomo II, p. 336) a *oralidade* desempenha papel fundamental na relação com o outro, pois é nela que a criança se forma. É a partir daquilo que ouve, que a criança encontra motivação e estímulo para aprender a ler e a escrever, por exemplo. Também é na oralidade que sociedade e comunidade se encontram, na medida em que as pessoas se reúnem em torno de categorias de pensamento socialmente construídas, cujo processo de instalação é também o seu fim: a comunicação entre elas. Embora essa visão de construção esteja presente na sociologia clássica, o autor inova ao considerar o gestual, a entonação da voz, o movimento dos corpos no espaço como ferramentas de identificação que formam uma comunidade. Dito de outra forma, ele deixa claro que as palavras não se reduzem a meras emissões sonoras, mas são representações carregadas de significado, assimiladas à maneira particular de determinada localidade ou comunidade cultural.

Desse modo, como pensar que as palavras podem ser reduzidas a uma simples sucessão de letras e desejar padronizá-las independentemente de seu sentido culturalmente instituído?

Nesse momento, voltamos ao documentário, especificamente, ao que é dito por Saramago sobre a diversidade de línguas no português, e chegamos ao segundo ponto de minha reflexão: *o sentimento de acolhida na língua materna*.

Em algumas passagens do documentário, os personagens evidenciam que, em momentos em que nos vemos distantes de nossa origem cultural, o contato com a língua materna oferece alento e aconchego. Isso é claramente representado pelo trecho em que brasileiros descendentes de japoneses, imigrantes no Japão, procuram acolhida em bares de brasileiros, ainda que esses brasileiros sejam igualmente descendentes de japoneses.

Esse aspecto me parece ficar claro quando Certeau (*idem*) associa o caráter formativo da oralidade à figura da *criança*, inclusive pela representação social que fazemos dela como um ser referendado na família. Será possível pensar que todos os países lusófonos concordem em torno de uma só maneira de registrar as representações sobre si? Não se trata aqui de subtrair acentos, ou duplicar letras, mas de significar por meio de palavras, lembrando que as palavras sozinhas não dizem nada.

Não sejamos ingênuos a ponto de acreditar que “são só algumas marcas gráficas, e nada mais”, pois seria negar todo o longo processo de desenvolvimento da escrita enquanto tecnologia. Se hoje, no mundo ocidental, escrevemos da esquerda para direita, e de cima para baixo, devemos nos lembrar que não foi sempre assim, e mesmo hoje, no oriente, a orientação e a forma da escrita diferem em muito do nosso suposto método dominante. Como diz Walter Ong:

“(...) um registro escrito é mais do que um auxílio mnemônico. Até mesmo quando é pictográfico, um registro escrito é mais do que desenhos. Os desenhos representam objetos. O desenho de um homem, uma casa e uma árvore por si mesmo nada diz (...). Um registro escrito, no sentido de uma escrita genuína, tal como entendido aqui, não consiste em meros desenhos, em representações de coisas; é a representação de uma *elocução*, de palavras que alguém diz ou se imagina que diz (ONG, 1998, p. 99).

O pensamento de Ong ilustra o fato de que a escrita é uma *construção*, e não uma imposição. Falamos e escrevemos aquilo que somos, ou que pensamos sobre como somos, ou ainda que o que somos a partir daquilo que pensamos que somos.

Não precisamos ir muito longe para enxergar alguns eventos linguísticos - motivos até de anedotas - que separam os falantes do português. Por exemplo, se falamos, aqui no Brasil que determinado objeto é “mais grande” ou “mais pequeno” que outro, certamente, seremos interpelados por alguém: “Está errado! É maior ou menor”. Aliás, o próprio corretor ortográfico do computador nos faz esse alerta! Mas em Portugal estará correto. São modos de falar. Mas acima de tudo, modos de significar, e que só farão sentido em seu usuário, que, apto a reconhecer a formação discursiva à qual pertence aquele tipo de enunciação, faz dela seu próprio uso, atribuindo-lhe sentido pessoal e cultural. É o que Certeau (idem, p. 339) chamaria de nível de *operatividade*, e segue adiante, afirmando que nele residem relações de poder e resistência que possibilitariam ao indivíduo a instalação da sua própria maneira de se apropriar dos saberes decorrentes das práticas sociais, entre elas a língua, sendo, em última instância, uma ação ética na medida em que a prática cotidiana traga para o centro da discussão um *espaço de jogo* que possibilita a liberdade e a resistência a modelos impostos (CERTEAU, idem, p. 340).

Chegamos à terceira prioridade da cultura proposta por Certeau: *o ordinário*.

Em acordo com sua perspectiva de encarar a cultura como um atributo popular, Certeau salienta a diferença entre *cultura de massa* e *cultura ordinária*. A primeira, diz ele, pretende simplificar seus modelos para ampliar sua difusão, e diz respeito ao “consumo que trata o léxico dos produtos em função de códigos particulares (...). A cultura de massa tende para a homogeneização” (CERTEAU, idem, p. 341). Já da *cultura ordinária* nasce a pluralidade, e suas inúmeras formas de representar, presente nos diferentes contextos, situações e interesses. Disso poderíamos depreender reflexões acerca de aspectos tais como diversidade e globalização, sendo a primeira, característica da cultura ordinária e a segunda, uma consequência, ou um produto, da cultura de massa.

Nesse ponto, retomo a discussão em Ortiz (2006) ao trazer uma reflexão sobre *modernidade, diversidade e globalização*.

Segundo esse autor, o conceito de *modernidade* tende a remeter nosso pensamento a uma ideia de diferenciação, correndo mesmo o risco de tornar-se uma *anomia*. Dessa forma, devemos ter a cautela em qualificar a diversidade historicamente, pois, o que é diverso para um, é diverso para outro, de outra maneira, dependendo do contexto em que ela é vista.

Seguindo esse raciocínio, Ortiz afirma que não crê na existência de uma “sociedade global”, em que uma sociedade é “engolida” pela outra. Diz ele:

O espaço transnacional não é da mesma natureza dos espaços nacionais. A metáfora “sociedade global” ilude-nos nesse sentido (...). Tampouco acredito que as sociedades sejam sistêmicas. Afirmar a presença de um *world system* parece-me problemático. Prefiro dizer que o processo de globalização define uma nova situação (ORTIZ, 2006, p. 10).

Ao que parece, Ortiz aponta no sentido de uma sociedade diversificada e relativamente globalizada. Penso que, ao pretender unificar a escrita dos países que falam o português, estaríamos, de alguma forma, tendendo à *modernização*, na procura por uma “sociedade lusófona global”, sem, no entanto, nos dar conta de uma possível “babelização” dessas culturas.

Outro autor que discute a ideia de sociedades globais é Hall (2002; 2003). A respeito da questão multicultural ele faz um contraponto entre sociedades envolvidas em processos de colonização, destacando o aspecto de *poder* que as permeia. Salienta que, se de um lado o sistema que atua entre as sociedades é global, no sentido de que opera em todo o planeta, por outro lado não pode ser visto assim, na medida em que o processamento não se dê de maneira uniforme, e cujos efeitos contraditórios possam produzir e manter desigualdades e instabilidades cada vez mais profundas, que escapam ao controle absoluto, mesmo das grandes potências mundiais.

Isto nos remete ao terceiro aspecto que destaco nesse artigo, qual seja *a relação histórica de colonização* entre países como Portugal, Brasil e Angola.

O documentário deixa evidente que cada povo vive a sua cultura à sua maneira. Por exemplo, em Angola, vemos um país que, mesmo devastado pelas sucessivas batalhas étnicas, sobrevive unido pelo sofrimento e busca na solidariedade entre os sobreviventes fazer ressurgir - como uma Fênix renasce das cinzas - a dignidade para continuar vivendo. É o que percebemos nas cenas protagonizadas por um sapador que rastreia minas terrestres e ali demarca um “caminho seguro” para que as pessoas possam transitar em busca de escolas, alimentos e da própria fé. Já em relação aos “colonizadores portugueses, vemos um povo que “canta sua tristeza ao cais do porto”, nas densas notas do fado lusitano, aludindo ao fato de que Portugal por sua condição geográfica à beira-mar, viveu seus dias de glória no ciclo das grandes navegações, em que as famílias viam partir

as naus ao longe, carregando, além de seus familiares, sua esperança numa vida de conquistas. E é justamente nesse panorama que surge o Brasil, irreverente, cuja juventude e vigor colocam-no em situação de superação diante de seu “descobridor”.

No documentário, Mia Couto (*in* Lopes, 2004) – escritor e biólogo moçambicano, diz o seguinte: “Portugal é o país que deu origem ao filho – o Brasil – maior que o próprio pai”, e prossegue, afirmando que o português aceita muito de outras culturas para além da língua, pois “é capaz de casar-se com o próprio chão”.

O que se vê nesses relatos é a exaltação às características próprias do povo que se diz a si próprio. No mesmo documentário, o autor José Saramago (*in* Lopes, 2004) apresenta um paradoxo na língua: lembra que “quanto mais palavras conhecemos, mais podemos exprimir com ela”. Em contrapartida, nos alerta sobre uma aparente involução na língua, pois, cada vez usamos menos palavras para essa expressão.

Dessa forma, como considerar que a padronização dos modos de escrever palavras esteja circunscrita àquele domínio da impressão gráfica?

Não há como deixar de pensar nas relações de poder existentes por trás dos objetivos de padronização da língua, que, supostamente, estariam a favor de um maior entendimento entre os países lusófonos. Tomando o ponto de vista de Hall (2002), podemos questionar qual lugar será destinado, por exemplo, aos dialetos africanos e seus respectivos sistemas gráfico-culturais. Ou então, aos regionalismos afro-brasileiros, ou ainda àquelas formas particulares das pequenas vilas portuguesas? No momento em que somos todos cidadãos, temos os mesmos direitos de querer ver nossos modos de falar contemplados.

Outro tema que se abre diante dessa discussão diz respeito às formas de lidar com tais mudanças dentro da escola.

Tenho tido a oportunidade, pela terceira vez, de acompanhar um filho sendo alfabetizado e o que percebo é que sua escola optou por apresentar, por exemplo, as regras usuais de emprego de hífen e /h/ às crianças que se deparam com a tarefa de aprender a ler escrever.

De minha parte, concordo com a decisão da escola, e a considero prudente, já que, grande parte do acervo disponível nas bibliotecas atualmente registra essa forma de escrever, e não aquela proposta pelo acordo, lembrando ainda que, na perspectiva do letramento, desde a Educação Infantil, as crianças são postas em contato direto com os portadores textuais (livros, jornais, revistas, rótulos, bilhetes, etc.) a fim de estimular a formação do comportamento leitor, passando, necessariamente, pela formação de uma memória visual das palavras.

No Brasil, alguns editores crêem que as mudanças propostas, na verdade, vêm facilitar a escrita e que não devem, por esse motivo, ser vistas com resistência. Pensam que isso facilitará, por exemplo, a tarefa da redação no vestibular. Já, em Portugal, a opinião é contrária, e consta que a maioria das pessoas considera um “abrasileiramento” da língua, temendo assim, pela essência de sua identidade cultural.

Retomando o pensamento de Hall, ele nos mostra que o conceito de *identidade* é uma construção imaginada e o que procuramos é um ponto de apoio, que articule as suas diferenças e as de uma unidade, conforme se vê:

(...) embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e “resolvida”, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma “pessoa” unificada que ele formou na fase do espelho (HALL, 2002, p. 38).

Considerando o sujeito como o lugar de dispersão dos discursos, em que diferentes indivíduos podem ocupar o lugar de sujeitos, vê-se que esse mesmo sujeito é descentrado, cindido em muitos, porque é partícula de um corpo histórico, mas que ao mesmo tempo reúne sentido em torno de si, reagrupando-o e fazendo-o significar, porque se remete à determinada formação discursiva, entendida, dessa forma, como o necessário ponto de articulação entre regularidades e diferenças.

Nesse sentido, entendemos que, assim como a escrita, a identidade é uma construção que se dá ao longo de um percurso histórico, não cabendo, pois, a acordos e contratos o estabelecimento de seu trajeto.

Voltando ao pensamento de Ortiz (*idem*), cito a diferenciação proposta por ele entre *sociedade* e *comunidade*. O autor se apoia em Ferdinand Tönnies e Georg Simmel (ORTIZ, 2006, p. 10) para dimensionar *comunidade* como aquela que é trabalhada em torno de valores, interesses, objetivos e principalmente, da afetividade, enquanto as *sociedades* se organizariam a partir das divisões do trabalho, portando assim uma dimensão política.

Meu ponto de vista é o de que, dentro da língua portuguesa, formam-se comunidades de falantes do português, que, reunidas, formam sociedades. Chamo atenção para o número plural: sociedades. Assim como Hall, acredito não ser possível demarcar fronteiras nítidas entre os diversos grupos que formam as comunidades, e, por sua vez, as sociedades. Cabe lembrar que esse autor propõe pensar as identidades numa perspectiva de dialética cultural (HALL, 2002), isto é, de que as identidades e as diversidades se articulam relativamente a seu lugar social, político e histórico,

corroborando a ideia de Ortiz (idem) de que a diversidade deve ser qualificada em relação ao momento histórico em que se situa.

Pensando assim, defendo que seja possível, e desejável, que todos nós, falantes do português, consigamos nos fazer compreender em *nosso* idioma em meio às diferenças, aproximando-nos “comunitariamente” naquilo que nos une, “socializando” nossa diversidade para nos multiplicar a partir delas, entendendo ainda que a escola, como local privilegiado de constituição do sujeito, venha a se tornar o principal meio de significação dessas diferenças.

Hoje, temos a noção de que a escola, enquanto lugar social, não deve ser imaginada do ponto de vista da “solução de conflitos”, mas “como um espaço de cruzamento, conflitos e diálogo entre diferentes culturas” (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 5) , e, conseqüentemente, lugar de tensões e lutas ideológicas, que, no sentido de Certeau, comportam práticas de resistência aos discursos hegemônicos.

Palavras Finais

Espero que, ao encerrar minha escrita, tenha conseguido atingir, ainda que parcialmente, meu objetivo de iniciar a constituição de um discurso próprio sobre questões educacionais. Espero ainda ter provocado nos leitores desse texto alguma reflexão acerca dos significados por trás da escrita.

Vimos que falar é muito mais do que o resultado da propagação de ondas sonoras, e que sua utilização depende do contexto e finalidade em que se situa. Vimos também que os conceitos de diversidade, diferença, globalização, sociedade e comunidade precisam ser historicamente qualificadas, sob pena de tentar reduzi-los a homogeneizações que ocultam relações de poder e resistências.

Além disso, pudemos pensar a respeito da cultura para além dos aspectos hegemônicos, percebendo que a cultura de um povo, além de seu maior patrimônio, é o que os caracteriza e os define enquanto sujeitos de direito.

Para finalizar, cito uma frase de José Saramago, retirada do mesmo documentário: “*Não existe língua portuguesa, mas línguas em português*”.

MEANINGS BEHIND THE WRITING

Abstract: *In order to think about Portuguese language beyond its set of grammatical rules, I suggest reflecting on the orthographic agreement that intends to unify writing ways in those countries who share Portuguese language, using the film *Línguas: Vidas em Português*, from the director Victor Lopes, to set my discussion. I shall assume that writing is much more than just writing words, but it does represent a way of thinking, living and speaking, and it can't stand therefore to be submitted to a deal from the outside, despite of its cultural practices. Concepts as society, community, universality, writing, speech and orality are argued in authors as Renato Ortiz, Stuart Hall, Walter Ong, Eni Orlandi and Michel de Certeau.*

Key words: *sense; meaning; writing; orthographic agreement; culture*

Notas:

¹ Psicóloga e Mestre em Educação pela UCP / RJ. E-mail: lianediehl@uol.com.br.

² *Como enfrentar a síndrome da folha em branco.* Nesse trabalho o autor Tomás Tadeu sugere algumas maneiras de se lidar com a ansiedade diante da necessidade de escrever.

³ *Manderlay* é um filme do diretor Lars Von Trier.

⁴ Professor titular e coordenador do curso de Mestrado em educação da UCP.

⁵ “Em tempos imemoriais, num vale da Mesopotâmia, os clãs dos descendentes dos filhos de Noé, Sem, Cam e Jafé, em sua marcha para o Oriente, se encontraram e se puseram a construir uma enorme torre, a torre de Babel. Empilharam, para tanto, milhares de tijolos, colando-os uns sobre os outros, com betume, para fazer com que um dia o seu ápice penetrasse nos céus. Provavelmente a intenção deles era agradecer à divindade por terem escapado ao terrível dilúvio que tudo arrasara em tempos remotos. Mas não foi assim que Jeová entendeu. Não viu aquele colosso se erguer no meio do nada como um possível agrado a ele, mas sim como prova da soberba dos homens. Queriam rivalizar-se com Ele. Resolveu intervir. Desceu em meio aos construtores e num gesto Dele todos começaram a dizer palavras em línguas diferentes. Ninguém mais se entendeu.” *Fonte:* <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/babel2.htm>.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Silvia Helena Barbi – **Discurso e Ensino** – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CERTEAU, Michel de - **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar** Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HALL, Stuart – **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 7. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart – **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Org. Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende...[et al]. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/babel2.htm> - ACESSO EM 29 DE JUNHO, às 11:19h.

LOPES, Victor – **Língua: Vidas em Português.** Documentário, Paris Filmes, co-produção Brasil-Portugal, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa – **Mandelay: um pretexto para refletir sobre escola, identidade e diferença.** Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel/ Pelotas/ v. 17, p. 89-108, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio B. e CANDAU, Vera – **Educação Escolar e Cultura(s): Construindo Caminhos**. Revista Brasileira de Educação, nº 23. Rio de Janeiro, maio/agosto, 2003.

ONG, Walter – **Oralidade e cultura escrita** - Papyrus, Campinas, SP, 1998.

ORLANDI, ENI P. – **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato – **Anotações sobre o universal e a diversidade** – Conferência de Abertura da 29ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambú, MG, de 16 a 20 de outubro de 2006.

TADEU, Tomás - **27 maneiras de abrir um texto, seguido de 9 maneiras de fechá-lo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Texto utilizado na disciplina de Argumentação, Estilo, Composição: Introdução à Escrita Acadêmica.